

A AGENDA EXPLORATÓRIA DE RECURSOS NATURAIS NA AMÉRICA DO SUL: *Da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais*

Elói Martins Senhoras¹ - Fabiano Moreira² - Claudete de Castro Silva Vitte²

Universidade Federal de Roraima (UFRR)¹ - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)²

 eloi@dri.ufr.br - fabianomoreira@yahoo.com.br - clavitte@ige.unicamp.br

Resumo

O presente artigo estuda a problemática dos recursos naturais na América do Sul com o objetivo de demonstrar que a sua exploração é um fenômeno eminentemente transescalar, envolvendo relações locais e internacionais.

A partir da investigação dos recursos naturais, a pesquisa demonstra que toda formação territorial é um processo relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção sócio-espacial permeada por um campo de poder.

Com esta discussão subsídios empíricos e teóricos são fornecidos para uma melhor compreensão da interdependência complexa trazida pelas sensibilidades e vulnerabilidades que são relacionalmente criadas pelas relações internacionais de exploração dos recursos naturais por meio de processos reticulares de abertura e fechamento dos territórios.

Palavras Chave: América do Sul, Geopolítica, Integração, Recursos Naturais, Relações Internacionais.

Introdução

Toda formação territorial é um processo geopolítico relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção sócio-espacial permeada por um campo de poder.

Neste processo histórico dinâmico, a formação territorial é um meio e um fim combinado pela cristalização de sistemas de ações e objetos ou de pontos de fluxos e fixos que tendem a criar territorializações e desterritorializações ao longo do tempo.

As formas territoriais predominantes em cada momento histórico resultam sempre de multiterritorialidades que tendem a ser combinadas conforme os campos de polarização do poder em processos predominantes de territorialização, desterritorialização ou reterritorialização material e simbólica (Haesbaert, 2004).

No século XV, a América do Sul era a imagem de um espaço geopolítico dependente cuja formação territorial aberta fora o resultado engendrado pela territorialização de um campo contínuo de articulação relacional metrópole-colônia em razão de interesses por recursos naturais.

No século XVIII, a formação territorial da América do Sul passou a ser permeada pelo fechamento territorial, com a formação dos Estados Nacionais e o surgimento de descontinuidades para a autonomia do desenvolvimento nacional.

No Século XXI, a América do Sul volta a passar novamente por um processo de abertura da formação territorial, como o surgimento de zonas de continuidade ou interdependência que são porosas aos fenômenos centrífugos (multilateralismo) e centrípetos (regionalismo) de integração na economia-mundo.

Ao longo destes séculos, o padrão geopolítico de exploração dos recursos naturais na América do Sul é uma característica comum que estrutura a longa duração do capitalismo como uma força profunda que se intensifica ao longo do tempo por meio do progresso técnico, repercutindo assim na fluidez dos processos dinâmicos de territorialização e

reterritorialização.

A reorientação da nova geopolítica mundial engendrada pela flexibilidade e fluidez das redes de telecomunicação e informação não dissolve a importância dos territórios, mas antes dá uma nova significação ao aproveitamento produtivo dos pontos fixos de riqueza em recursos naturais na América do Sul por meio da biotecnologia.

Observa-se que a assimetria de poder entre os lugares que detêm a tecnologia e os lugares que detêm recursos naturais atualiza apenas o histórico e desigual padrão de poder moderno-colonial, aguçando tensões de territorialidade e engendrando processos de abertura e fechamento de territórios.

A fim de fundamentar uma estrutura bipartite de pesquisa, o artigo introduz a tese de que existe uma fronteira de possibilidades exploratórias na América do Sul que está encalcada na biodiversidade de recursos naturais independente do momento histórico da formação territorial que sempre esteve suscetível por relações internacionais de poder assimétrico.

Em uma primeira seção, o estudo trará uma discussão teórica e histórica que demonstra que a agenda geopolítica dos recursos naturais e o seu equacionamento estratégico de poder mudaram ao longo do tempo na América do Sul, desde a colonização até os dias atuais por influência de relações nacionais e internacionais.

Em uma segunda seção serão identificados quais são os principais vetores de expansão endógenos e exógenos à região para exploração geopolítica de recursos naturais, os atores e a agenda envolvida atualmente.

Tomando como referencial a centralidade da biodiversidade tropical, da água doce superficial e subterrânea e dos hidrocarburetos na América do Sul, o *paper* mostrará que existe uma agenda frutífera na investigação convergente entre a geografia política e as relações internacionais que ainda é pouco explorada.

A Geopolítica dos Recursos Naturais

O final do século XX mostrou a redescoberta da geopolítica enquanto grade analítica que oferece instrumentais analíticos para a reflexão sobre as geoestratégias de diversos atores e em várias escalas analíticas.

Os processos multiterritoriais que recortam os Estados-Nação por meio de processos de abertura e fechamento dos territórios têm dado lugar a um novo campo geopolítico de poder que é caracterizado por uma complexidade de temáticas e uma variedade de atores.

O clássico sistema geopolítico de relações internacionais, fundado nos preceitos de soberania interna e externa da Paz de Westphalia (1648), torna-se crescentemente aberto por porosidades transescalares de outras temáticas que vão além da guerra, por isso compreender a problemática do poder no espaço internacional requer compreender que existe uma ecopolítica construída por uma pluralidade de atores estatais e para-estatais de âmbito transnacional.

Em função dos problemas ambientais contemporâneos, a construção de novos discursos e práticas geopolíticas têm acontecido pelo resgate no passado e revalorização de um dos pilares de fundação da geopolítica que é a temática da exploração dos recursos naturais.

De um lado persiste uma concepção clássica de interpretação geopolítica dos recursos naturais que se assenta nas discussões da *segurança ambiental* e cujo foco reside em saber como o advento da problemática ambiental tem efeitos nas escalas global e nacional a fim de se apreender os efeitos que a questão ambiental pode acarretar na soberania territorial e na balança de poder do sistema internacional haja vista que a escassez de recursos naturais impõe o transbordamento de conflitos nacionais e internacionais.

De outro lado surge uma nova concepção de interpretação da geopolítica ambiental

que reside no uso do direito e da razão prática de fundamentação kantiana como fio condutor para a construção de uma discussão normativa de um mundo possível caracterizado pela cooperação internacional de cunho cosmopolita a partir da formação de regimes ambientais internacionais.

A crescente valoração internacional dos recursos naturais tem uma forte correspondência estratégica com conotação geopolítica devido à existência de abundância em alguns espaços e a escassez em outros, o que embute uma nova natureza que é conflitiva na apropriação (Paula, 2006).

Segundo Fonseca (1992), a definição de recursos naturais abarca um amplo espectro de componentes como *recursos minerais* (minérios), *recursos biológicos* (fauna e flora), *recursos ambientais* (ar, água e solo) e *recursos incidentais* (radiação solar, ventos e correntes oceânicas).

Todo recurso natural é um bem que provém da natureza e que o homem pode utilizar para satisfazer suas necessidades, sendo classificado em recurso natural renovável ou não renovável em função da capacidade de esgotamento. Em razão da característica *natural* presente nos *recursos* somente existir quando há ausência prévia de intervenção humana, os recursos naturais - renováveis e não renováveis¹ - adquirem um perfil geopolítico quando se tornam artefatos ou campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática.

Quando é escasso em nível global, um recurso natural converte-se em um elemento geopolítico de poder internacional ao incitar motivos de disputas e conflitos que acontecem potencialmente no âmbito político, econômico ou militar mediante a confrontação diplomática, empresarial ou castrense.

Neste sentido, um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros escassez.

Uma primeira temática internacional basilar derivada da geopolítica dos recursos naturais que justifica a sua importância estratégica contemporânea enquanto campo de estudo é o surgimento de *externalidade negativas* originadas pelo transbordamento de uma série de efeitos negativos a partir de uma ação coletiva cuja lógica compartilhada está assentada na apropriação recursos naturais.

Embora a ação isolada de um ator ou pequeno grupo de atores na exploração dos recursos naturais não afete a capacidade de assimilação ambiental, a soma agregada desta lógica racional isolada por parte de um grande número de atores leva a um incongruente “tragédia comum” que compromete a própria capacidade futura de exploração dos recursos naturais, levando a processos de reterritorialização por meio do fechamento de alguns territórios.

Como não existem incentivos individuais para os atores controlarem o nível de exploração dos recursos naturais dentro de um macro-quadro de sustentabilidade ambiental há uma lógica agregada de efeitos negativos transbordados pela geopolítica dos recursos naturais que reflete a necessidade de se reconhecer soluções de ação coletiva que possam ser engendradas por políticas públicas e regulação ambiental.

Uma segunda temática internacional a respeito dos recursos naturais que mostra a contínua centralidade dos processos de apropriação da natureza ao longo da história da

¹Segundo Margulis (1990) é pouco clara a fronteira classificatória entre as categorias de recursos naturais renováveis e não renováveis uma vez que de acordo com o horizonte de planejamento, o nível de utilização, as taxas de custo e retorno da exploração, os recursos renováveis podem se tornar exauríveis, e estes, apesar de não se tornarem renováveis, podem ao menos ser considerados não exauríveis.

humanidade revela que existe uma longa duração geopolítica de exploração dos recursos que em diferentes periodizações sistematizou processos de formação territorial e a integração dos sistemas-mundo desde os *mini-sistemas da antiguidade* até a *economia-mundo capitalista* (Wallerstein, 1996).

A despeito da existência de diferentes ciclos hegemônicos que estruturaram a integração dos sistemas-mundo, a dimensão geopolítica na exploração dos recursos naturais tornou-se uma característica estrutural comum ao engendrar a construção do expansionismo territorial por meio de obras de infra-estrutura para transporte e apropriação da natureza.

Porém, se os “Estados” territoriais identificam a construção do poder por meio da simples expansão territorial e apropriação de seus recursos naturais para a construção do excedente econômico, os Estados Capitalistas introduzem uma nova lógica de construção de poder que se assenta na acumulação dentro de um território por meio da articulação entre o progresso técnico e o comércio (Arrighi, 1996).

Enquanto nos sistemas-mundo predominantemente territorialistas o poder busca o controle sobre recursos naturais e expansão territorial, tendo a acumulação de capital a representatividade de ser apenas um meio para o primeiro fim, na economia-mundo capitalista, a lógica torna-se inversa, de maneira que o controle do capital é o objetivo-mor do poder por meio do controle do território, dos recursos naturais e humanos.

Desta maneira, a geopolítica da exploração dos recursos naturais existente no capitalismo demonstra que a apropriação da natureza trata-se apenas de um dos meios que possibilitam a acumulação, antes de ser um fim em si mesmo na expansão territorial tal como aconteceu em pretéritos “Estados” territoriais.

A especificidade geopolítica na exploração dos recursos naturais na economia-mundo capitalista em relação a outros sistemas-mundo territoriais reside no diferencial trazido pelo desenvolvimento técnico que sistematiza a apropriação da natureza de maneira a reproduzir de maneira ampliada a acumulação.

Desde o desenvolvimento de inúmeras rotas comerciais de longa distância trazidas pelas rotas de avanço técnico das caravelas sob a égide do capitalismo mercantil até a formação de rotas continentais de redes de ferrovia ou rotas marinhas de barco a vapor sob a égide do capitalismo industrial, o progresso técnico tornou-se uma pilastra basilar para o aumento da acumulação nos processos de exploração dos recursos naturais.

Mesmo sendo a exploração dos recursos naturais uma atividade tradicional própria de “Estados territoriais”, a sua ressignificação passou pelo uso do progresso técnico e portanto das mais modernas tecnologias na apropriação sistemática de recursos naturais em várias regiões espacializadas em todos os continentes da Terra, o que dinamizou a própria integração da economia-mundo capitalista².

Temporalidades e Espacialidades engendradas pela geopolítica dos recursos naturais

Os recursos naturais tem sido analisados por diferentes formulações geográficas que periodizam a importância estratégica deles segundo os padrões de abertura e fechamento dos territórios e a formação temporal de rugosidades espaciais por meio de processos de territorialização e reterritorialização.

² Em uma perspectiva comparada dos ciclos hegemônicos capitalistas observa-se que a característica predominantemente territorialista sob a *hegemonia ibérica* construiu uma embrionária economia-mundo. Este sistema-mundo foi consolidado pela *hegemonia britânica* por meio de uma estrutura híbrida de *império capitalista* que tem o controle das redes de fluxos de capitais comerciais e financeiros e de *império territorialista* com colônias em todos os continentes. Com o surgimento da formação da *hegemonia americana* houve a difusão do liberalismo no sistema internacional por meio de vários processos de independência de ex-colônias asiáticas e africanas que ampliaram o alcance, a estrutura e a penetração do padrão capitalista no mundo.

De um lado, o estudo geohistórico de sociedades pré-capitalistas mostra que a predominância de atividades agrícolas e extrativas assentadas na exploração dos recursos naturais impunha uma limitação física à acumulação em função da dotação fixa dos recursos naturais, o que originava uma constante abertura de novos territórios.

De outro lado, com o avanço da lógica capitalista por meio da disseminação da atividade industrial, a nova racionalidade de acumulação passou a incorrer pela apropriação mais eficiente dos recursos produtivos via avanços de progresso técnico que incorpora um aumento no grau de exploração do trabalho humano e dos recursos naturais, e assim passou a reproduzir de maneira ampliada os processos de territorialização e reterritorialização.

Em um primeiro momento, o padrão acumulativo passou a ser definido pelos ganhos advindos da mais valia absoluta, quando houve o máximo de utilização do tempo do trabalho humano e de utilização de recursos naturais.

A despeito dos recursos naturais sempre terem sido considerados variáveis estratégicas no padrão de acumulação desde os períodos pré-capitalistas, somente a partir da consolidação de uma lógica capitalista século XV é que houve uma sistematização clara de uma *geopolítica funcional de recursos naturais* com a integração hierarquizada de um interdependente sistema-mundo composto por metrópoles e colônias.

Em um segundo momento, o padrão acumulativo tornou-se dependente de ganhos advindos do aumento da mais valia relativa, quando o progresso técnico aumenta a eficiência do trabalho humano e acaba levando a um aumento na exploração dos recursos naturais.

A profusão da Revolução Industrial na Europa no século XIX levou à busca de novas fontes de recursos naturais para as indústrias por meio de uma corrida imperialista entre as principais potências europeias que viriam a partilhar os continentes Africanos e o Leste Asiático dentro de um novo padrão colonial que ficou caracterizado por uma *geopolítica conflitiva de recursos naturais*.

Nesta fase, a natureza passa a se tornar coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica por meio da exploração sistemática dos recursos naturais que são convertidos em matéria prima para os processos produtivos.

Em um terceiro momento, o padrão acumulativo incorre em discussões sobre o esgotamento dos recursos naturais, o que leva à ressignificação da natureza por meio do uso da biogenética na apropriação das riquezas biodiversas e à radicalização de um novo padrão primitivo de acumulação por meio da expropriação de recursos naturais, claramente reafirmando a persistente importância da geopolítica dos recursos naturais (Harvey, 2004).

A ampliação das formas de valorização econômica da natureza nesta fase têm uma característica híbrida, ao conciliar padrões degradantes de exploração intensiva que são reinventados na apropriação dos recursos naturais de países do terceiro mundo juntamente com novos padrões conservacionistas de exploração rotulados sob o conceito de desenvolvimento sustentável que se apropriam das riquezas genéticas e culturais da biodiversidade.

A divulgação de uma série de pesquisas e relatórios alarmistas sobre os limites ambientais ao crescimento e os dois choques do petróleo ocorridos no final do século XX foram os fatos que prenunciaram a formação de uma nova agenda para a exploração dos recursos naturais que é caracterizada, de um lado, por uma *geopolítica cooperativa* de caráter multilateral que busca a formação de regimes ambientais internacionais de conservação e preservação, e de outro lado, por uma *geopolítica conflitiva* engendrada por um padrão de acumulação por espoliação dos recursos naturais.

Embora os impactos oriundos do agravamento da crise ambiental incidam transescalarmente, observa-se que os seus efeitos se difundem assimetricamente sobre os espaços em função de um componente natural e de um componente político que concebem uma geopolítica de exploração dos recursos naturais nas relações internacionais com

repercussão em diferentes níveis de sensibilidade e vulnerabilidade sobre diversas escalas e atores.

De um lado, as noções de vulnerabilidade e sensibilidade provenientes da *teoria da interdependência complexa* ajudam a traçar os *impactos físicos* da crise ambiental sobre os Estados nacionais, demonstrando que existem dois graves paradoxos na geopolítica dos recursos naturais:

- Em primeiro lugar, enquanto alguns Estados consomem um elevado volume de recursos da Terra a um ritmo acelerado sem preocupação para as futuras gerações, outros Estados em muito maior número consomem um pequeno volume de recursos naturais que sustente a atual geração de habitantes.

- Em segundo lugar, no caso das mudanças climáticas, enquanto os países desenvolvidos são sensíveis à crise ambiental, os países que mais vão sofrer com os impactos das mudanças climáticas na próxima década são os que menos emitiram gases de efeito estufa, sendo os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos mais vulneráveis às mudanças climáticas.

De outro lado, são observados *impactos políticos* da crise ambiental sobre os países, uma vez que as esferas nacionais de governos centrais são sensíveis às negociações multilaterais de regimes ambientais devido ao peso político e econômico de suas representações vis-à-vis aos governos nacionais de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que são muito vulneráveis aos problemas ambientais em função da pequena capacidade política nas negociações.

Embora os países mais vulneráveis às mudanças climáticas participem ativamente nos fóruns ambientais, eles contam com poucos incentivos ou recursos financeiros e conhecimento científico para as ações de adaptação necessárias. Em contrapartida, os acordos internacionais almejados pelas nações mais ricas envolvem apenas cooperação da mitigação das emissões de gases estufa e não levam em conta custos de infra-estrutura social e econômica nos países mais vulneráveis.

Geopolítica dos recursos naturais na América do Sul

A existência de uma histórica geopolítica de exploração dos recursos naturais revela-se como *uma força profunda* que se desenvolve na formação territorial da América do Sul por meio de uma dinâmica cíclica de *longa duração* de abertura e fechamento de territórios.

A América do Sul se constitui em um formidável “laboratório” para a compreensão do espaço internacional contemporâneo do pós-Guerra Fria pois a intensificação dos processos de regionalização transnacional tem desencadeado relações internacionais multi-temáticas por meio de diferentes atores.

Conforme Becker (2004) existe uma fronteira de possibilidades exploratórias na América do Sul encaçada na biodiversidade de recursos naturais que sempre esteve suscetível por relações internacionais de poder assimétrico em todos os momentos históricos da formação territorial.

No século XV, a América do Sul surgiu como uma verticalidade, fruto da invenção, do descobrimento e da colonização eurocêntrica, que se assentou sobre o espaço de civilizações pré-colombianas por meio da força na apropriação das riquezas naturais e do trabalho humano nativo.

De um lado, observa-se que a conquista territorial da América Espanhola e a sua conseqüente formação sócio-espacial fora marcada pelos determinismos naturais e pelas estruturas de civilizações pré-estabelecidas do Império Inca, o que influiu decisivamente em um padrão de expansão territorial que esteve fixado do lado do Pacífico por meio da centralização estatal de Vice-Reinados que exploraram as minas de ouro e prata em um

sistema de servidão indígena abundante em mão-de-obra (Moraes, 2001).

Nos territórios conquistados pela Espanha, além da presença de uma alta concentração populacional nativa para inserção na dinâmica de exploração do sistema colonizador, encontravam-se presentes recursos naturais valiosos de fácil exploração, principalmente minerais como ouro e prata, o que estimulou a colonização devido aos altos retornos trazidos ao empreendimento do Estado Espanhol.

De outro lado, a ausência de riquezas de fácil exploração nos territórios conquistados por Portugal acabou por desestimular muitos dos colonizadores privados que receberam capitânias hereditárias devido a necessidade de investimentos e o alto risco de retornos, o que acabou por postergar o próprio processo de exploração da colonização ao longo do vasto território.

Conforme Bonavides e Amaral (2002), na ausência de minas de ouro e prata de fácil exploração ou de estruturas sócio-econômicas de elevada concentração populacional, as primeiras linhas de expansão portuguesa no território americano surgiram com o uso da terra em monoculturas canavieiras e da necessidade de ampliação da mão de obra escrava das plantações de açúcar no nordeste brasileiro, o que veio a corroborar para a especialização da província de São Paulo na captura indígena e pela conseqüente interiorização da ocupação na própria busca do Eldorado.

A sistematização dessa expansão humana no interior da América por meio das entradas e bandeiras evoluiu com os primeiros descobrimentos de ouro e diamante, favorecendo a extroversão das fronteiras portuguesas em direção ao *hinterland* sul-americano.

“A expansão territorial do Brasil, obedecendo a impulsos do capitalismo mercantil, decorreu de necessidades básicas do modo de produção que os portugueses implantaram para o colonizar, assentado na exploração extensiva da terra, na monocultura e no trabalho escravo, com vistas ao abastecimento da Europa. Senhores rurais, comerciantes aventureiros ou simples colonos, os bandeirantes, ao dilataram as lindes do Brasil, serviram como agentes da acumulação original, cujos resultados, porém, emigraram, em grande parte, para Holanda e Grã-Bretanha” (Bandeira, 1998: 142).

A partir dos séculos XVIII e XIX ocorreram na Europa grandes mudanças na estrutura econômica, cujo impulso se origina com a liberalização comercial e com o dinamismo do capitalismo no desenvolvimento industrial e repercute na América do Sul com o aumentando na demanda de matérias-primas e com pressões para independência.

Ao longo de todo o período, as duas bandas da América do Sul apresentaram uma grande semelhança de projetos de exploração dos recursos naturais como herança da formação de nações a partir de colônias. Posteriormente, o domínio de suas economias por meio do poder hegemônico de empresas *estrangeiras* tornou-se o grande traço de semelhança durante a *pax britannica*. Com o fim da *pax britannica* na Primeira Guerra Mundial, as nações das duas bandas da América do Sul ingressaram no modelo de substituição de importações em meio a demandas nacionalistas de um discurso latino-americano e o surgimento da *pax americana*. Ao fim do modelo de substituição de importações os projetos panamericano e sul-americano se inter cruzaram nas negociações de regionalização transnacional que continuam assentadas na exploração dos recursos naturais do subcontinente por meio da construção geoeconômica de redes de infra-estrutura.

O quadro histórico de formação territorial da América do Sul ao longo de mais de cinco séculos explica o paradoxo aparente existente nos fluxos comerciais e financeiros entre os países vizinhos do sub-continente que sempre foram muito pouco significativos frente às relações extra-continentais, o que determinou um padrão cíclico influenciado por condicionantes exógenos do subcontinente de exploração dos recursos naturais advindos da economia-mundo e de uma divisão internacional do trabalho.

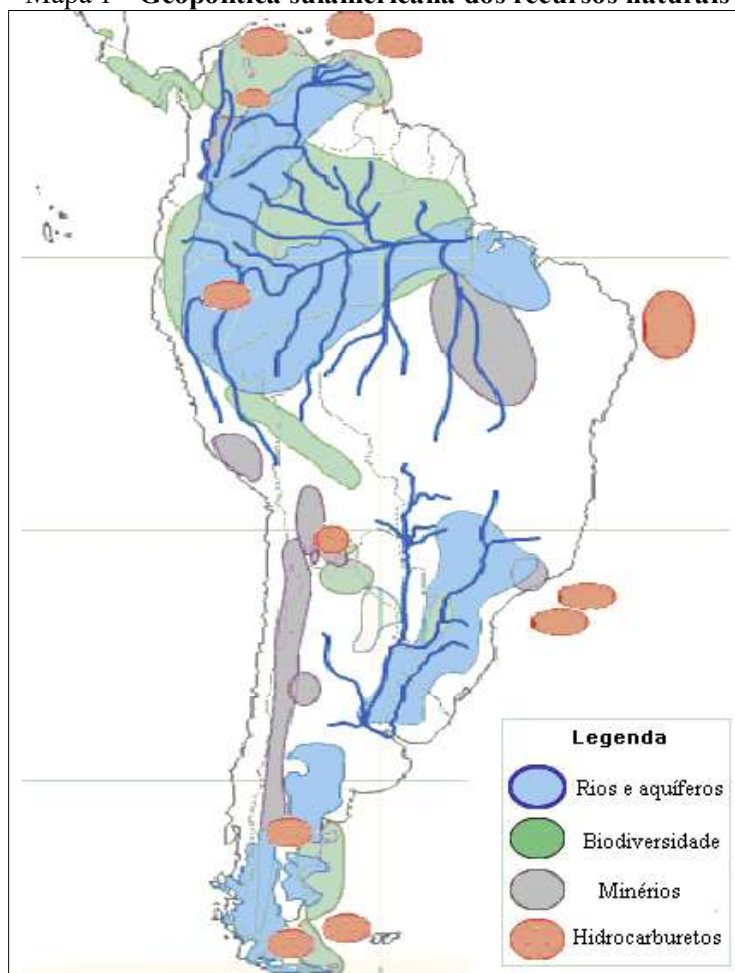
Ao longo da formação territorial da América do Sul, os grandes ecossistemas retratam territórios biodiversos que sistematicamente incorreram por diferentes modelos exógenos de

exploração que se basearam na extração predatória dos recursos naturais durante ondas cíclicas que inicialmente estão ligadas à valorização momentânea de produtos nos mercados nacional e internacional com subseqüentes períodos de estagnação.

A despeito da fragilidade de vários ecossistemas sul-americanos exigirem uma ocupação cuidadosa e bem planejada em função da rica biodiversidade, a exploração dos recursos naturais destes territórios tem sido historicamente marcada por processos violentos de ocupação e degradação ambiental oriundos da contínua extroversão das *economias de fronteira* (Becker, 2001).

Como uma região estratégica de longa duração na geopolítica internacional dos recursos naturais, a América do Sul mantém sua centralidade na contemporaneidade em função se tornar o palco conflitante de guerras de quarta geração devido a existência de extensas áreas de biodiversidade tropical, água doce superficial e subterrânea e hidrocarburetos.

Mapa 1 - Geopolítica sulamericana dos recursos naturais



Fonte: Observatório Latino Americano de Geopolítica (2009). Adaptações próprias.

Em primeiro lugar, a América do Sul apresenta o maior complexo mundial de água fluvial e subterrânea composto por territórios transfronteiriços compartilhados entre vários países, destacando-se, na região setentrional, a Bacia Hidrográfica Amazônica que recorta oito países, e, na região meridional, o Aquífero Guaraní que é um reservatório transregional presente no subsolo dos países do Mercosul: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

A relevância da água doce existente na América do Sul é oriunda da percepção que este recurso natural possa se tornar no século XXI em um negócio econômico semelhante ao que foi o petróleo no século XX a partir de processos de mercantilização comercial e financeira enquanto uma *commodity* internacional.

A água doce fluvial e subterrânea da América do Sul aparece no liminar do século XXI com um novo papel estratégico na geopolítica das relações internacionais enquanto um recurso natural limitado que provavelmente será disputado em função do stress hídrico em vários países e regiões no mundo.

Segundo uma concepção mackinderiana da geopolítica terrestre, o novo pivô geográfico da história mundial poderia ser identificado na América do Sul a partir da Pan-Amazônia e do Aquífero Guarani enquanto novos *heartlands* cujos territórios são ricos em água doce biodiversidade.

Em segundo lugar, a América do Sul é redescoberta pela tecnociência enquanto um celeiro megadiverso em informações genéticas, químicas e econômicas fornecidas pelos diferentes biomas tropicais que representam uma nova fonte internacional promissora para a exploração econômica das indústrias de biotecnologia segundo um padrão que busca a preservação da sustentabilidade natural e não a sua espoliação.

A biodiversidade constitui um dos recursos naturais mais importantes na América do Sul devido ao seu potencial estratégico como principal matéria explorada por meio da conjugação das biotecnologias junto ao conhecimento tradicional das comunidades locais apropriado pelos setores industriais farmacêutico e agroalimentar (León, 2005).

A dimensão geopolítica da exploração dos recursos naturais biodiversos acontece na América do Sul pois estes são desigualmente distribuídos sobre o globo e disputados por diferentes grupos sociais com interesses muitas vezes conflitantes.

“A geopolítica da biodiversidade não apenas prolonga e intensifica os anteriores processos de apropriação destrutiva dos recursos naturais, senão que transforma as formas de intervenção e apropriação da natureza, levando ao limite a lógica da racionalidade econômica. Esta nova geopolítica da sustentabilidade se configura no contexto de uma globalização econômica que ao mesmo tempo leva à desnaturalização da natureza e promove com o discurso do desenvolvimento sustentável uma estratégia de apropriação que busca ‘naturalizar’ a mercantilização da natureza” (Leff, 2006: 265).

No âmago do processo de mercantilização da natureza, um significativo contencioso internacional existente entre os países ricos em biodiversidade na América do Sul e os países ricos em tecnologia mostra um grave contencioso geopolítico na apropriação dos recursos naturais que é originado por lógicas distintas no uso da natureza. De um lado, na regiões ricas em biodiversidade como a Pan-Amazônica e Chaco-Pantaneira, existem utilizações, práticas e costumes tradicionais que sustentam suas populações a muitos séculos. De outro lado, os países ricos em tecnologia cobiçam os recursos naturais e o conhecimento tradicional dos países sulamericanos para serem apropriados pelo capital industrial.

Levando em consideração a participação de atores e processos em diferentes escalas geográficas em que se inserem o Chaco-Pantaneiro, a Pan Amazônia, eles tanto podem ser caracterizados como fronteiras econômicas segundo a dinâmica local e regional de exploração dos recursos quanto fronteiras de capital genético-natural que são comandada por um vetor de bioprospecção que lhes atribuem um novo significado na acumulação em escala nacional e global.

A geopolítica da biodiversidade na América do Sul reflete, portanto, os conflitos e contradições que permeiam a apropriação dos conhecimentos tradicionais e dos territórios, revelando as pressões multiformes, internas e externas.

A conformação multiescalar das regiões biodiversas enquanto fronteiras econômicas e de capital genético natural é o reflexo instrumentalizado, tanto pela dinâmica regional e o

impacto das políticas de planejamento estatal, quanto das transformações globais desencadeadas pelas novas tecnologias de produção e gestão e pelas redes de informação, que acabam por influenciar em um novo conteúdo a geopolítica na exploração da biodiversidade, agora enfatizando mais o uso do território do que propriamente a sua conquista.

Em terceiro lugar, a América do Sul trata-se de uma região estratégica na geopolítica dos recursos energéticos uma vez que as reservas de gás na Bolívia e Venezuela, e de petróleo da Venezuela, Colômbia, Argentina, Equador e Brasil juntamente com as reservas presentes na América do Norte no Canadá, México e Estados Unidos (incluído o Alasca) representam o maior núcleo de hidrocarbonetos do mundo ocidental e o segundo maior complexo energético do planeta após incluídos os países petrolíferos do Oriente Médio e do Leste Asiático, como Rússia, Cazaquistão e Uzbequistão (Ceceña, 2003).

Embora não haja um mercado comum de energia na América do Sul, isso não significa que os países não sejam interdependentes, principalmente porque eles têm adotado uma série de medidas para criar sistemas funcionais de infra-estrutura em hidrocarbonetos através de marcos legais de integração dentro de conferências e acordos regionais dentro dos marcos da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA) e da União Sulamericana de Nações (UNASUL).

Sendo um dos principais objetivos expressados para o avanço dos processos de regionalização transnacional na América do Sul, a integração energética³ passou por diferentes tendências de politização ao longo do tempo.

Inicialmente, nos anos 1990, as propostas de integração energética se restringiram à construção de algumas redes infra-estruturais para transporte transfronteiriço de gás natural e à privatização de empresas do setor ao tomar como referência a centralidade do mercado econômico presente no receituário do Consenso de Washington.

Posteriormente, com o avanço da esquerda na América do Sul e o surgimento de propostas intervencionistas por meio do Consenso de Buenos Aires, a integração energética passou a ser um assunto de Estado através do papel estratégico da Venezuela, de declarações na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) e das Cúpulas Energéticas sob marco institucional da CASA e da UNASUL.

Box 1 – Diplomacia dos hidrocarbonetos na América do Sul

Como todo recurso natural pode se transformar em um instrumento de poder caso tenha um papel de ligação ao seu contexto sócio-econômico e sócio-político por algumas, os hidrocarbonetos se estruturaram no capitalismo como uma arma política.

No caso da América do Sul, a assimetria existente entre os países fornecedores e demandantes dos recursos energéticos fez surgir uma série de negociações diplomáticas para cooperação via redes de fornecimento de gás entre países com conseqüentes repercussões na formação de uma diplomacia do petróleo (Venezuela) e do gás (Bolívia) findando melhor reposicionar os respectivos países.

De um lado, destaca-se a IIRSA como principal projeto de integração energética que fortalece os processos de regionalização transnacional na América do Sul por meio da implementação de acordos de cooperação econômica e de obras energéticas no bojo da institucionalização dos projetos regionais CASA-UNASUL.

De outro lado, porém, tal como em outras regiões no globo, também existe um quadro geral de recrudescimento geopolítico das tensões em torno da questão energética que marca um quadro de fragmentação do projeto de regionalização transnacional na América do Sul ao estar temperado por recentes manifestações de cunho nacionalista de alguns países como Venezuela, Bolívia e Equador que colocam princípios de defesa dos interesses nacionais e de manutenção da soberania sobre recursos naturais considerados essenciais ao desenvolvimento socioeconômico por meio de nacionalizações e aumento dos preços de commodities energéticas.

³ A integração energética é entendida como um processo de interconexão estratégica de redes por meio de corredores internacionais que permite a circulação ágil e eficiente de energia dentro de um determinado espaço de regionalização transnacional (Cepal, 2006).

Embora a nacionalização da exploração dos recursos energéticos seja uma opção política adotada por uma nova onda populista na América do Sul que busca a difusão da chamada Revolução Bolivariana por meio da intervenção do Estado o resultado agregado tem sido a criação de um projeto contra-hegemônico intitulado ALBA que se caracteriza, de um lado, como um *pièce de résistance* da gestão Chávez no tocante aos vínculos internacionais da Venezuela na América Latina, e de outro lado, enquanto um núcleo duro que difunde estímulos negativos que fragmentam a dinamização da regionalização sul-americana (Lins, 2006).

Com o objetivo de instrumentalizar uma geopolítica energética no âmbito da ALBA, surgiu a iniciativa *Petro-América*, que trata-se de uma estratégia venezuelana para a integração energética na América Latina, ela está estruturada em acordos bilaterais da Venezuela com demais países e em três núcleos de atração onde confluem três iniciativas sub-regionais de integração energética: *Petrosul* (países do Mercosul), *Petro-Andina* (Países da Comunidade Andina de Nações) e *Petro-Caribe* (14 países da região caribenha).

A formação de uma agenda de Estado denominada de *Petro-América* que concebe uma aliança estratégica de empresas com repercussão na geopolítica regional da exploração dos recursos naturais busca a identificação de mecanismos de cooperação e integração energética na América Latina, partindo das capacidades desenvolvidas e experiências acumuladas pelas empresas PDVSA (Venezuela), Petrobrás (Brasil) e PEMEX (México) a fim de instrumentalizar acordos e realizar investimentos conjuntos na exploração e comercialização de petróleo e gás.

A geopolítica dos recursos naturais *lato sensu* reflete na América do Sul os conflitos e contradições que permeiam os territórios, revelando as pressões multiformes, internas e externas, enquanto um palco fragmentado por visões conflitantes e opostas cuja síntese advém de um espectro entre a polarização da perspectiva desenvolvimentista e a perspectiva ambientalista composta por tendências conservacionistas e preservacionistas.

Em função da América do Sul apresentar territórios ricos, de um lado, em biodiversidade natural cobiçados internacionalmente para bioprospecção de espécies, princípios ativos e códigos genéticos, e de outro lado, em recursos minerais, hidrocarburetos e água doce superficial e subterrânea, existe um paradoxo na geopolítica dos recursos naturais oriundo das contraditórias ações de apropriação advindas de diferentes atores, que buscam no primeiro caso princípios cooperativos de desenvolvimento sustentável e valorização do capital natural *vis-à-vis* princípios conflitivos de acumulação por espoliação dos territórios, no segundo caso.

Não é pura coincidência a similitude espacial entre os recursos naturais estratégicos na América do Sul e a localização de bases militares ou de eixos de integração de obras de infraestrutura, sejam eles de caráter transregional [como a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA)] ou de caráter nacional [representados no Brasil por projetos como o Plano Pluri-Anual (PPA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)].

Conforme Senhoras e Vitte (2007), enquanto os eixos infra-estruturas de integração transregional entre os territórios sulamericanos desenham de maneira idônea as rotas mais adequadas para o transporte de mercadorias, particularmente com destaque entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, por outro lado, eles coincidem com as áreas mais importantes em termos de *recursos não-renováveis* – minerais, gás e petróleo – e de *biodiversidade* – plantas, animais e microorganismos, estabelecendo assim um tecido de entrelaçamento territorial por onde ocorre o movimento dos fluxos segundo uma conectividade de redes que se projeta em dinâmicas subnacionais e transnacionais.

A espacialidade dos recursos naturais e dos recursos produtivos orientam uma visão estratégica de planejamento a partir de uma série de obras infra-estruturais de integração nacional e transregional na América do Sul que tomam como referência as vocações e potencialidades territoriais.

As obras de infra-estrutura na América do Sul tendem a reforçar as modalidades históricas de regionalização dos sub-esquemas do Mercosul e da Comunidade Andina por

meio de eixos de integração que fazem uma soldagem física dos países segundo vetores geoestratégicos de aglutinação *setentrional* e *meridional* para o escoamento de *commodities* primárias e para a exploração dos grandes complexos de recursos naturais.

**Quadro 1 – Geofuncionalidade infraestrutural
para a exploração de recursos naturais na América do Sul *setentrional***

Amazonas 	Brasil, Colômbia, Peru e Equador	O eixo está inserido em uma região com rica diversidade dos sistemas da costa, da <i>sierra</i> andina e da floresta Amazônica, que se traduz em oportunidades de grande importância econômica. Os principais produtos e serviços do eixo são o turismo, a soja, o manejo florestal, a pesca e a piscicultura. A maioria dos projetos do eixo ou são de melhoria de infraestruturas já existentes ou ainda estão em planejamento, sendo a criação de canais de circulação terrestre e fluvial as principais preocupações para superar as barreiras naturais. Este eixo tem por objetivo desenvolver corredores intermodais entre os portos do Pacífico e o rio Amazonas através da melhoria e construção de estradas e de condições de navegabilidade. O planejamento deste eixo incorpora a possibilidade de pavimentar rodovias para o escoamento da soja brasileira, a melhoria das conexões aéreas e das redes de telecomunicações, e o investimento em projetos de produção de eletricidade.
Eixo Andino 	Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.	O eixo se inicia na Bolívia e atravessa o continente do Sul ao Norte até a Venezuela, interceptando-se com outros eixos de integração e garantindo total interconexão na América do Sul. A implementação do eixo objetiva aumentar a fluidez logística por meio de zonas que atualmente apresentam grandes dificuldades, como a Cordilheira dos Andes e importantes rios. Mediante a conexão com os eixos do Escudo das Guianas e do Amazonas o eixo obteria acesso ao Oceano Atlântico, por via marítima e terrestre, favorecendo as exportações para o mercado europeu. Este eixo conta com uma série de recursos naturais, como madeira, metais (prata, ferro e ouro) e alimentos, sendo o petróleo e o gás os produtos mais importantes e com alta demanda no mercado mundial.
Escudo das Guianas 	Venezuela, Brasil, Guiana e Suriname.	O eixo está conformado por regiões que apresentam o mais baixo grau de adesão inter e intra-nacional na América do Sul, demonstrando que a desarticulação é reflexiva à considerável carência de infraestrutura no acesso aos extensos territórios existentes e entre os principais centros urbanos. As únicas infra-estruturas de integração representativas são a conexão rodoviária entre Manaus (Brasil) e Puerto Ordáz (Venezuela) e a linha de transmissão elétrica desde Macagua (Venezuela) até Boa Vista (Brasil). As atividades econômicas do eixo do Escudo das Guianas se concentram na extração e processamento de madeira, minérios (ferro, ouro e bauxita), pesca e agricultura, o que refletiu em uma agenda de projetos rodoviários e aduaneiros para a utilização destes recursos naturais e no aproveitamento do potencial de hidroeletricidade.
Peru-Brasil-Bolívia 	Brasil, Bolívia, Peru	Como atualmente esta região trilateral conta com grandes carências de infra-estrutura de transportes, o eixo Peru-Brasil-Bolívia pretende criar uma conexão multimodal rodoviária-fluvial ao vincular a cidade do Porto Velho no rio Madera com os portos marítimos do Pacífico de Ilo, Matarani e Maldonado (Peru), possibilitando assim o escoamento de produtos do complexo agropecuário e mineração de origem boliviana e de localidades brasileiras como Cuiabá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco com destino a mercados asiáticos, evitando-se assim os custos de transporte até o Canal do Panamá ou o Estreito de Magalhães. Além das obras infra-estruturais de logística multimodal, destaca-se neste eixo o planejamento de obras estratégicas em energia devido à presença de recursos petroquímicos no Peru e na Bolívia, tal como a construção de um gasoduto até a cidade de Manaus e um oleoduto até Porto Velho.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em IIRSA (2004; 2006) e Paim (2003).

**Quadro 2 - Geofuncionalidade infraestrutural
para a exploração de recursos naturais na América do Sul meridional**

Capricórnio 	Argentina, Brasil, Chile e Uruguai	Um dos principais objetivos do eixo de Capricórnio é potencializar a infraestrutura de transporte terrestre-marítimo já existente, uma vez que ele apresenta a dupla vantagem estratégica de ser um corredor entre os oceanos Pacífico e Atlântico e de estabelecer importantes interconexões com os eixos do Mercosul-Chile, Andino do Sul, Hidrovia Paraná-Paraguai e Interoceânico Central. O eixo apresenta uma série de projetos de pequeno e médio porte designados para revitalizarem o nordeste da Argentina e o Sudeste do Paraguai por meio do transporte intermodal. Por fim, destaca-se a presença de projetos de facilitação fronteiriça para o acesso paraguaio ao oceano Atlântico por meio de portos brasileiros ou o acesso deste último país ao Pacífico por meio de portos chilenos.
Interoceânico Central 	Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru	As atividades econômicas da região tem uma diversidade de produção de bens e serviços destacados no complexo agro-pecuário e de mineração (cobre, ferro, estanho e zinco) e nos setores financeiro, industrial e de turismo. O eixo Interoceânico Central ao se conectar a todos os demais, exceto com os eixos do Sul e do Escudo das Guianas, cumpre a função de articulação leste-oeste entre eixos da costa pacífica e atlântica, cria uma saída dos produtos daqueles países que não têm acesso ao mar (Paraguai e Bolívia) e revela uma centralidade estratégica para o fortalecimento da integração no continente dentro da estrutura planejada pela IIRSA. O eixo Interoceânico Central permite conectar o vazio central ou interiorano entre e dentro dos países da Comunidade Andina e do Mercosul, uma vez que as redes de comunicação são restritas a uma densa concentração no sul da Bolívia, norte do Chile e Argentina e nas zonas costeiras brasileiras. Neste contexto, o eixo focaliza projetos de facilitação de acesso aos portos do Chile e do Peru por meio da modernização de infra-estruturas nas fronteiras e de redes de transporte rodoviário entre os países, e aos portos brasileiros por meio do fortalecimento do sistema ferroviário de São Paulo.
Hidrovia Paraná-Paraguai 	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai	O eixo da hidrovia Paraná-Paraguai foi incorporado na estrutura da IIRSA somente em 2005, sendo a sua função consolidar uma política de transporte fluvial na bacia dos rios Paraná e Paraguai que representa 84% da bacia do Prata. As obras têm o objetivo estender o alcance da hidrovia já existente e reduzir os custos de transporte de <i>commodities</i> da região como grãos, açúcar, minérios e produtos florestais, bem como abrir acesso do Paraguai ao oceano Atlântico, por meio de uma hidrovia entre Corumbá (Brasil) e Santa Fé (Argentina). A área de influência do eixo compreende diferentes zonas físico-naturais baixas como o Chaco, o Pampa, o Pantanal e altas como o Cerrado do Planalto Central Brasileiro. A hidrovia é um projeto visto como complementar e articulador de eixos que recortam o continente no sentido leste-oeste, uma vez que sua estruturação territorial acontece no sentido norte-sul.
Mercosul-Chile 	Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, i, Uruguai	Neste eixo se encontram centros industriais de grande importância, como Santiago, Buenos Aires e São Paulo e as áreas agropecuárias mais produtivas da América do Sul, que geram cerca de 70% da atividade econômica sul-americana. A primeira função do eixo é consolidar uma política de otimização das vias de conexão terrestre (rodoviária e ferroviária) já que existe uma forte demanda para a construção de redes multimodais, apesar da existência de uma infra-estrutura consolidada pela conformação do Mercosul neste eixo. Neste caso, o grupo de projetos para a criação de um sistema fluido de transporte entre Minas Gerais no Brasil e o Chile representa 60% das obras planejadas. A segunda função é consolidar uma política energética por meio da construção de centrais termelétricas e linhas de transmissão, uma vez que esta área do cone sul carece de infra-estrutura energética para atender à alta demanda que dos sistemas de produção.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em IIRSA(2006) e Paim (2003).

A característica complementar entre a *nacional integração regional* e a *integração transnacional* vem a corroborar para o entendimento *positivo* da importância estratégica das obras de integração física para o aumento dos fluxos de riquezas naturais na América do Sul,

e *negativamente* pelo risco potencial, principalmente inerente às ricas zonas de biodiversidade, de aumento de *conflitos sociais* - trazidos pelo aumento da migração, da grilagem e dos conflitos de terra e concentração fundiária ao longo das redes logísticas de transporte – e de ampliação dos *conflitos ambientais*, com o aumento da pressão antrópica sobre unidades de conservação e terras indígenas, ou com o aceleração do desmatamento direto ou induzido pela expansão da fronteira agrícola.

Segundo Shiva (2001), a despeito de haver a disseminação da lógica capitalista por meio da funcionalidade do progresso técnico, é possível apreender um padrão similar na exploração dos recursos naturais entre a época da colonização e os dias atuais que se utiliza dos instrumentos de poder duro e poder brando.

Embora na época da colonização tenha sido significativo o poder de coerção exercido pela Monarquia, a Igreja desenvolveu um eficiente poder de consentimento sobre os povos nativos por meio da difusão do cristianismo, que colocava a exploração dos recursos naturais enquanto um direito natural do colonizador, necessário para que houvesse a salvação do colonizado.

Nos dias atuais esse poder brando é transferido para os Estados Nacionais por meio de projetos de planejamento territorial e de obras infra-estruturais que buscam o desenvolvimento econômica a partir da exploração de recursos naturais e para empresas transnacionais por meio de Direitos de Propriedade Intelectual (DIPs) ao tratarem a bioprospecção como um direito natural.

A exploração destes recursos naturais tem um forte componente justificado por se assentar na especialização produtiva interdependente dos países dentro dos marcos de cooperação do processo de regionalização transnacional e também na divisão territorial do trabalho em escala mundial, e conseqüentemente, na chamada “transferência geográfica de valor”, que é definida por Soja (1993) como o mecanismo ou processo pelo qual uma parte do valor produzido em dada localidade, área ou região é realizado em outra.

O que há de comum agenda geopolítica de longa duração na exploração dos recursos naturais na América do Sul é que ela nunca deixou de ser uma questão meramente ecológica, embora tenha crescentemente se tornado uma questão geopolítica estratégica no jogo das forças nacionais e internacionais em função do processo de regionalização transnacional que engendra relacionamente questões conflitivas e cooperativas que têm como efeito a integração e a fragmentação socio-territorial.

Referências Bibliográficas

- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Edições IBAMA, 1998.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.
- BANDEIRA, M. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BECKER, B. K. “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?” **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001.
- BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- CECEÑA, A. E. “América Latina en la geopolítica del poder”. **Alternatives Sud: Les dessous de l’ALCA**, vol. X, n. 1, 2003.
- FOBOMADE - Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo. **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales en Sudamerica**. La Paz: FOBOMADE,

- 2005.
- FONSECA, E. “Meio ambiente e contas nacionais: a experiência internacional”. **Contabilização econômica do meio ambiente**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1992.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2004.
- IIRSA - Iniciativa de Integración de la Infraestructura de Sudamérica. **Planificación Territorial Indicativa – Cartera de Proyectos**. 2004. Disponível em <www.iirsa.org>. Acesso em 03/09/2008.
- IIRSA - Iniciativa de Integración de la Infraestructura de Sudamérica. **Construyendo una visión estratégica para la integración física regional**, 2006. Disponível em <www.iirsa.org>. Acesso em 01/02/2009.
- LEFF, E. “La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza”. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano VI, n. 17, 2006.
- LEÓN, E. “Comentarios en torno a la geopolítica de la riqueza biológica amazónica”. In: FOBOMADE. **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales en Sudamérica**. La Paz: FOBOMADE, 2005.
- LINS, H. N. “Energia e Geopolítica”. **Atualidade Econômica**, Ano 18 N. 49, 2006.
- MARGULIS, S. “Introdução à economia dos recursos naturais”. In MARGULIS, S. (ed.) **Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.
- MORAES, A. C. R. “Bases da formação territorial do Brasil”. **Geografares**, n. 2, junho, 2001.
- OLAG - Observatório Latino Americano de Geopolítica. **Mapa geopolítico interativo**. Disponível em <www.geopolitica.ws>. Acesso em 03/02/2009.
- PAIM, E. S. **IIRSA – É esta a integração que nós queremos?** São Paulo: Núcleo Amigos da Terra, 2003.
- PAULA, G. **El control sobre los recursos naturales, la seguridad y el conflicto en los países de América del Sur: El caso del gas natural en Bolivia y el agua potable en la Argentina**. Buenos Aires: Edición CAENI, 2006.
- SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. “Mercosul, Comunidade Andina e o Regionalismo sob Integração Física: Controvérsias da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional na América do Sul”. **Memórias del XI Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bogotá: UNAL, 2007.
- SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VARGAS, G. M. “Amazônia: novas dinâmicas e territorialidades”. **Revista História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, vol. 13, n. 1, 2006.
- VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; TOLEDO, P. M. “Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia”. **Estudos Avançados**, n. 19, vol. 54, 2005.
- WALLERSTEIN, I. “The Inter-State Structure of the Modern World System”. In: SMITH, S.; BOOTH, K. & ZALEWSKI, M. **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.